

Câmara Municipal de Santo André

ORDEM DO DIA

3ª SESSÃO ORDINÁRIA – 15H – 11 DE FEVEREIRO DE 2020

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

1. Discussão **ADIADA** e votação do **VETO TOTAL** ao Autógrafo nº 170/19, protocolo 18427, referente ao **PROJETO DE LEI CM 206/17, que dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar vagas de estacionamento próximas dos elevadores em condomínios residenciais e comerciais de Santo André, a fim de facilitar o deslocamento de idosos, pessoas com deficiências e pessoas com mobilidade reduzida.** A Comissão de JUSTIÇA exarou parecer verbal opinando pela sua **MANUTENÇÃO**.

PROCESSO N.º 2.497/17

quorum: M.A. p/ rej.

MANTIDO

2. Discussão **ADIADA** e votação do **VETO TOTAL** ao Autógrafo nº 172/19, protocolo 18428, referente ao **PROJETO DE LEI CM 140/18, que dispõe sobre a instituição na rede municipal do programa de monitoramento eletrônico inteligente “Fronteira Digital”.** A Comissão de JUSTIÇA exarou parecer verbal opinando pela sua **REJEIÇÃO**.

PROCESSO N.º 1.652/18

quorum: M.A. p/ rej.

MANTIDO

3. Discussão **ADIADA** e votação do **VETO TOTAL** ao Autógrafo nº 174/19, protocolo 18424, referente ao **PROJETO DE LEI CM 185/18, que visa instituir o programa “Poste Limpo”, estipulando multa ao infrator que afixar faixas, pôsteres ou cartazes do tipo “Lambe-Lambe” em postes de transmissão de energia elétrica, iluminação pública, sinalização de trânsito ou de rede de telefonia no Município.** A Comissão de JUSTIÇA exarou parecer verbal opinando pela sua **MANUTENÇÃO**.

PROCESSO N.º 2.239/18

quorum: M.A. p/ rej.

MANTIDO

4. Discussão **ADIADA** e votação do **VETO TOTAL** ao Autógrafo nº 176/19, protocolo 18422, referente ao **PROJETO DE LEI CM 34/19, que propõe a implantação e operação dos serviços de remoção, depósito e guarda de veículos no pátio do próprio Município de Santo André.** A Comissão de JUSTIÇA exarou parecer verbal opinando pela sua **MANUTENÇÃO**.

PROCESSO N.º 1.182/19

quorum: M.A. p/ rej.

MANTIDO

5. Discussão **ADIADA** e votação do **VETO TOTAL** ao Autógrafo nº 156/19, protocolo 8213, referente ao **PROJETO DE LEI CM 83/19**, que visa proibir que **pessoas condenadas pela prática de crimes de violência física, psicológica ou sexual contra a mulher, de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes e dos crimes previstos no Estatuto do Idoso sejam nomeadas para cargos efetivos ou comissionados no Poder Executivo e no Poder Legislativo do Município.** A Comissão de JUSTIÇA exarou parecer verbal opinando pela sua **REJEIÇÃO**.

PROCESSO N.º 3.078/19
REJEITADO

quorum: M.A. p/ rej.